

15. CONTRATO-PROGRAMA – ARSENAL CLUBE DA DEVESA:

Da Vice Presidente submetendo à consideração do Executivo o Contrato-Programa mencionado em epígrafe, para o ano desportivo de 2019/2020, a celebrar entre o **Município de Braga e Arsenal Clube da Devesa** que tem por objeto a atribuição de uma comparticipação financeira, no valor de **15.000,00 euros**, destinado a apoiar as áreas de formação, fomento e sensibilização para as diferentes modalidades, tendo como finalidade competir nas provas associativas e federadas.

Nº Informação: 61640

Data: 31/10/2019

Assunto: CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA – ÉPOCA DESPORTIVA 2019/2020

O **ARSENAL CLUBE DA DEVESA**, com o RECAM 65/2014, solicitou ao Município de Braga, a celebração do contrato-programa, para a época desportiva de 2018/2019, no valor de 12.000,00€.

Apresentou o Anexo III, o Anexo IV e a minuta do contrato. Os documentos encontram-se em conformidade, pelo que pode ser equacionado a hipótese de celebração do referido contrato programa, no valor de 15.000,00€ (quinze mil euros) ao Arsenal Clube da Devesa, pessoa coletiva n.º 501275665, com sede na Av. Dr. Viriato Amaral Nunes, 4715-214 Braga.

À consideração superior,

Utilizador:

A -> de Encontra
20.04.01
[Signature]

Carando
3/04/2020
[Signature]



MINUTA CONTRATO – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Primeiro Outorgante: Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, em representação do Município de Braga, na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, adiante designada apenas por **MUNICÍPIO**;

Segundo Outorgante: em representação do **ARSENAL CLUBE DA DEVESA**, na qualidade de Presidente da Direção, pessoa coletiva de direito privado, dotada de utilidade pública, contribuinte fiscal n.º 501 275 665, com sede na Av. Dr. Viriato Amaral Nunes, da freguesia de S. Lázaro, da cidade de Braga, adiante designada abreviadamente por **ENTIDADE**;

Entre ambos os outorgantes é celebrado o presente contrato, de acordo com os artigos 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007 - Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo, e com o regime de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro e com o REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS AO DESPORTO, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

(Objeto)

Constitui objeto do presente contrato a execução de um programa de desenvolvimento desportivo, com a finalidade de apoiar as áreas de formação, fomento e sensibilização para as diferentes modalidades, tendo como finalidade competir nas provas associativas e federadas.

O presente contrato-programa tem ainda por objeto a definição das condições de cedência de utilização de valências/horários no Complexo Desportivo das Camélias e Complexo Desportivo de Maximinos.

Cláusula 2ª.

(Obrigações da ENTIDADE)

1. Por força do presente contrato-programa, constituem obrigações da **ENTIDADE** cooperar com o Município no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato;
2. Colaborar, por intermédio dos seus atletas e/ou dirigentes, em ações de promoção do desporto junto das escolas do concelho, que o solicitem;

3. Informar os seus atletas, dirigentes, treinadores e demais elementos do clube, da necessidade de cumprir o Regulamento das Instalações Desportivas do Município;
4. Assegurar que a qualificação dos treinadores a lecionar as aulas tem de estar de acordo com a lei em vigor;
5. Manter as instalações em bom estado de conservação e limpeza;
6. Apresentar um relatório com explicação dos resultados alcançados e respetivos documentos justificativos da despesa, no prazo de 30 dias a contar da data de conclusão do contrato-programa;
7. Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga, no âmbito do objeto do presente contrato;
8. Aplicar e administrar corretamente o apoio financeiro tendo em conta o objeto do presente contrato;
9. Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
10. Facultar, sempre que o Município necessite, as instalações cedidas para a realização de eventos e/ou outras atividades;
11. Publicitar o projeto, objeto do contrato-programa, fazendo referência ao apoio do Município, através da menção expressa, “Com o apoio do Município de Braga” e, alusão do respetivo logotipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
12. Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato;
13. Participar, sempre que possível, nas atividades promovidas pelo Município de Braga.

Cláusula 3ª.

(Cedência de Utilização de Instalações Desportivas Municipais)

1. O **MUNICÍPIO** é proprietário das instalações desportivas denominadas por Complexo Desportivo das Camélias e do Complexo Desportivo de Maximinos;
2. O **MUNICÍPIO** cede a utilização à **ENTIDADE** das instalações desportivas nos seguintes horários:
 - 2.1. Complexo Desportivo das Camélias:
 - 2.1.1. Campo nº 1
 - a) Terça-feira das 20h00 às 21h00;
 - b) Quarta e quinta-feira das 18h30 às 22h00;
 - c) Sábado das 9h00 às 11h00.
 - 2.1.2. Campo nº 2
 - a) Segunda, terça e sexta-feira das 18h30 às 22h00;
 - b) Quinta-feira das 20h00 às 21h00.
 - 2.2. Complexo Desportivo de Maximinos:
 - 2.2.1. Pavilhão Desportivo

- a) Segunda-feira das 20h30 às 22h;
 - b) Terça-feira das 19h30 às 21h00;
 - c) Quinta-feira das 21h00 às 22h30;
 - d) Sexta-feira das 21h30 às 23h00;
 - e) Jogos, previamente informados e autorizados.
3. A cedência de utilização das referidas instalações por parte do **MUNICÍPIO** pode corresponder a um apoio não financeiro no valor máximo de 78.099,60€ (setenta e oito mil, noventa e nove euros e sessenta cêntimos) de acordo com a tabela anexa.

Cláusula 4ª.

(Obrigações do Município/comparticipação financeira)

1. Para a prossecução do programa de desenvolvimento desportivo mencionado na Cláusula Primeira o **MUNICÍPIO** compromete-se a prestar apoio financeiro à Entidade, através da atribuição de um subsídio no montante de 15.000,00€ (quinze mil euros).
2. A verba referida no número anterior, será libertada em três prestações de 5.000,00€ cada. Devem ainda ser apresentados os documentos comprovativos da despesa logo após o recebimento da segunda prestação, de forma a poder receber a terceira e última.

Cláusula 5ª.

(Afetação da verba)

A verba atribuída no âmbito do presente contrato-programa é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo a **ENTIDADE** utilizá-la para outros fins, sob pena de rescisão unilateral imediata deste contrato, por parte do **MUNICÍPIO**.

O Cláusula 6ª

(Acompanhamento e controlo do Contrato-Programa)

O acompanhamento e controlo deste contrato-programa são feitos pelo **MUNICÍPIO**, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução.

Cláusula 7ª.

(Gestão e destino dos bens adquiridos ou construídos)

A gestão das infraestruturas e dos equipamentos referidos na cláusula 1ª. é da responsabilidade da **ENTIDADE**, que se obriga a mantê-los afetos aos fins referidos neste contrato-programa e a geri-los de forma zelosa e responsável.

Cláusula 8ª.

(Vigência)

Sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte o período de vigência deste contrato-programa decorre desde a data da sua assinatura até 31 de julho de 2020 (Época desportiva 2019/2020, com início em 01 de agosto de 2019).

Cláusula 9ª.

(Revisão do contrato-programa)

Qualquer alteração ou adaptação ao presente contrato-programa carece de prévio acordo do **MUNICÍPIO**, a prestar por escrito.

Cláusula 10ª.

(Rescisão Unilateral)

O presente contrato-programa pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo **MUNICÍPIO**, caso a **ENTIDADE** deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e bem assim de entregar, atempadamente, os documentos que lhe sejam solicitados pelo **MUNICÍPIO** no decurso da execução deste contrato.

Cláusula 11ª.

(Contencioso do contrato)

Os litígios emergentes da execução do presente contrato serão dirimidos nos termos estabelecidos no artigo 31.ª do aludido Decreto-Lei n.º 273/2009.

Celebrado a _____, em dois exemplares, ficando cada um para cada um dos outorgantes.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

(Dr. Ricardo Rio)